

Matriz SWOT

CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL – Recursos, Serviços Ambientais e Riscos

Pontos Fortes
<ul style="list-style-type: none"> Elevados níveis de biodiversidade e presença de recursos naturais e paisagísticos de grande qualidade e diversidade, designadamente o mar, a orla costeira atlântica, os estuários do Tejo e Sado, áreas naturais protegidas das serras da Arrábida e Sintra, e os aquíferos.
<ul style="list-style-type: none"> Em termos médios, boa qualidade do ar, e condições climáticas favoráveis à dispersão da poluição atmosférica.
<ul style="list-style-type: none"> Elevados níveis de cobertura das populações no que se refere ao abastecimento de água, drenagem de águas residuais, recolha e tratamento de resíduos urbanos, bem como boa regulação dos sistemas em alta.
<ul style="list-style-type: none"> Existência de vastas áreas com usos agrícolas, florestais e silvestres, fundamentais para a produção primária e para a qualificação ambiental e paisagística, bem como para o desafogo e segmentação das áreas urbanizadas.
<ul style="list-style-type: none"> Existência de instrumentos de ordenamento promotores de uma proteção mais eficaz das zonas ecologicamente mais sensíveis.
<ul style="list-style-type: none"> Existência de amenidades climáticas atrativas para a fixação populacional e empresarial.
<ul style="list-style-type: none"> Concentração de instituições geradoras e divulgadoras de conhecimento sobre recursos, serviços ambientais e riscos

Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> Focos de concentração de elevado nível das emissões de poluentes atmosféricos, em determinados pontos de áreas urbanas, incluindo partículas com origem no consumo de combustíveis fósseis associados em particular à circulação rodoviária, a qual, por sua vez, é agravada pelos movimentos pendulares.
<ul style="list-style-type: none"> Deficiente aproveitamento dos vastos recursos paisagísticos e ambientais para atração de novos fluxos de lazer e turismo motivados pelas vivências e práticas de ar livre.
<ul style="list-style-type: none"> Subsistência de passivos ambientais ainda com alguma expressão (sobretudo solos contaminados e salinizados, e áreas críticas).
<ul style="list-style-type: none"> Produção de resíduos ainda superiores às metas estabelecidas no PERSU II; a que acresce subsistência de elevada quantidade de resíduos urbanos depositados em aterro.
<ul style="list-style-type: none"> Existência de situações de risco real, decorrentes da exposição e vulnerabilidade de pessoas e bens em áreas perigosas, mormente construção em leitos de cheia.
<ul style="list-style-type: none"> Dispersão urbana e fracionamento de corredores ecológicos e ecossistemas.
<ul style="list-style-type: none"> Inexistência de política integrada de informação geográfica sobre as problemáticas ambientais.
<ul style="list-style-type: none"> Fuga de resíduos para mercado ilegal e incineração de resíduos recicláveis.
<ul style="list-style-type: none"> Défice pronunciado no domínio das ações de fiscalização da ocupação e uso do território.

Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> Maior preocupação e consciencialização ao nível nacional e internacional para os riscos associados a fenómenos naturais potenciados pelas alterações climáticas.
<ul style="list-style-type: none"> Dimensão marítima e estuarina com potencial para o desenvolvimento de atividades económicas

portadoras de valor.
<ul style="list-style-type: none"> • Condições para o aproveitamento dos enormes recursos constituídos pelas Áreas Protegidas localizadas no território, para o desenvolvimento do lazer e turismo na Natureza, afirmando a Região na Europa como um "Destino Verde".
<ul style="list-style-type: none"> • Reutilização de águas residuais para usos urbanos não potáveis
<ul style="list-style-type: none"> • Potencial produtivo do solo para culturas agrícolas, associando rendimento, minimização de riscos, novas vivências urbanas e recreação e lazer.
<ul style="list-style-type: none"> • Crescentes procuras de produtos "naturais/biológicos" e de atividades de lazer associadas à valorização da tradição e autenticidade dos produtos e espaços rurais.
<ul style="list-style-type: none"> • Aparecimento de novos projetos estruturantes propiciadores de uma gestão mais eficaz de áreas sensíveis.
<ul style="list-style-type: none"> • Diretiva INSPIRE, que pretende promover a disponibilização de informação de natureza espacial, utilizável na formulação, implementação e avaliação das políticas ambientais da União Europeia.
<ul style="list-style-type: none"> • Incremento da libertação de linhas de água e zonas de máxima permeabilização e recuperação dos leitos de cheia
<ul style="list-style-type: none"> • Campanhas de redução e reciclagem de resíduos.
<ul style="list-style-type: none"> • Campanhas de mobilidade sustentável, contribuindo para a poupança energética e qualidade do ar.
<ul style="list-style-type: none"> • Incremento de novas ofertas de turismo motivadoras de procuras diferenciadas
<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de instrumentos de prevenção e minimização de riscos
<ul style="list-style-type: none"> • Apoio de projetos na área da identificação e interpretação da flora e fauna associados às áreas da educação ambiental, do turismo e da qualificação do território.

Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Alteração expressiva da maior parte dos habitats por ação humana, pressão que se mantém e se tem agudizado, sobretudo devido à edificação e a determinadas práticas agrícolas e florestais, bem como aumento da atividade humana em áreas sensíveis.
<ul style="list-style-type: none"> • Conflitualidade de ocupações e usos, com forte pressão sobre áreas fundamentais para o funcionamento dos sistemas ecológicos, prestação de serviços ambientais, prevenção e minimização de riscos, e aproveitamento produtivo do solo.
<ul style="list-style-type: none"> • Incremento das vulnerabilidades, perigosidades e riscos ambientais associados às alterações climáticas.
<ul style="list-style-type: none"> • Agravamento das pressões urbanísticas, materializada na ocupação de áreas vitais intersticiais e na interrupção e alteração dos corredores ecológicos, na urbanização fragmentada e na edificação dispersa e na alteração do uso de zonas ambiental e paisagisticamente preservadas
<ul style="list-style-type: none"> • Aumento descontrolado da atividade turística e de lazer e recreio, designadamente na faixa litoral e nas áreas rurais e florestais, promovendo o aumento da construção urbana e de infraestruturas em áreas sensíveis.
<ul style="list-style-type: none"> • Restrições orçamentais no domínio do ambiente, decorrentes da conjuntura socioeconómica, com consequente subvalorização dos parâmetros de qualidade ambiental.
<ul style="list-style-type: none"> • Intenso crescimento demográfico de alguns concelhos da Região, que pode levar a uma saturação dos serviços ambientais
<ul style="list-style-type: none"> • Problemas crescentes de poluição dos solos e dos recursos hídricos da Região.
<ul style="list-style-type: none"> • Subvalorização do conceito de sustentabilidade em contexto de crise económica prolongada.
<ul style="list-style-type: none"> • Sobre-exploração dos recursos naturais
<ul style="list-style-type: none"> • Falta de articulação entre as políticas de urbanismo e as de fiscalidade urbanística.
<ul style="list-style-type: none"> • Insuficiente monitorização da implementação dos IGT.